

Colaboração nas entrelinhas: Do “guia nativo” ao mateiro - A importância dos conhecimentos tradicionais para a pesquisa científica na Amazônia¹

Luis Felipe Costa

Palavras-chave: Mateiros; Conhecimentos tradicionais; Ciência na Amazônia.

A produção de ciência com a colaboração do conhecimento nativo vem ocorrendo há séculos, de maneira discreta, porém constante, datando desde as primeiras expedições exploratórias em território amazônico. Esta presença ativa pode ser identificada, muitas vezes apenas nas entrelinhas, em diversos relatos dos diários de viajantes e cientistas que há séculos esquadrinham as florestas da Amazônia. (BEZERRA, 2007)

As contribuições dos agentes sociais locais de diferentes regiões do mundo para o conhecimento científico adquirido ou construído quase sempre tem sido desconsiderado pelos historiadores da ciência. A atenção destes é dirigida para as observações e teorias dos cientistas e acadêmicos, para suas formações, instrumentos e métodos de trabalho e para as influências políticas, filosóficas e econômicas em suas obras. Com frequência, as populações locais são descritas como iletradas e ignorantes, mas delas dependia, em boa medida, o êxito das expedições científicas. (MOREIRA, 2002)

Para Latour (2001), a constituição do conhecimento científico implica na construção social ou cultural dos fatos observados, em permanente transformação, estabelecendo-se uma rede de “aliados” que dá sustentação aos fatos criados no laboratório. Essa noção de rede aglutina um grande número de atores heterogêneos: humanos e não humanos que se estendem como uma teia, “interligados” por toda parte. Moreira (2002) afirma que estas redes de apoio, formadas através das interações com as comunidades residentes em áreas pesquisadas, tornaram possível a realização do trabalho de campo de muitos cientistas, embora estas contribuições raramente sejam mencionadas ou creditadas a estes agentes.

Em muitos trechos de seus relatos, artigos ou cartas, diversos cientistas descrevem como os habitantes locais contribuíram com conhecimentos e atividades para a realização de seu trabalho desde as primeiras explorações empreendidas em território brasileiro, e, sobretudo, Amazônico. Entre os papéis desempenhados, havia, é claro, o previsível apoio logístico e de infraestrutura, como o fornecimento de alimentos, meios de transporte e demais recursos materiais, além de sua atuação como guias, carregadores e intérpretes nos contatos com grupos indígenas e no aprendizado de línguas nativas. (MOREIRA, 2002)

Desta forma, afirma Moreira (2002), é claramente identificado o compartilhamento destes conhecimentos nativos, tanto através de indivíduos isolados quanto por comunidades como um todo. Tais conhecimentos viriam a ser posteriormente sistematizados pelos pesquisadores, depurados dentro da visão científica predominante e incorporados ao repertório científico universal. Devido em grande parte a preconceitos

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

quanto à relevância do contexto cultural e de conhecimentos que não tem a forma sistematizada da ciência moderna, têm-se impedido uma visão mais realista sobre as práticas científicas, onde a transmissão de conhecimentos é vista quase sempre como unilateral, isto é, do cientista para o nativo, desconsiderando-se a relevância do sentido inverso.

Mesmo entre os cientistas que reconhecem a importância e o valor dos conhecimentos tradicionais, quase sempre são empregados somente os métodos e categorias validados pela perspectiva científica para coletar, verificar e validar tais conhecimentos. A intenção implícita nestes casos é a de reconhecer a sua própria categorização nos sistemas nativos e aplicar suas tipologias no que eles próprios acreditam ser o sistema de conhecimento destas populações. Poucos são os cientistas que se mostram aptos a aceitar os conhecimentos tradicionais como válidos por si próprios. Por outro lado, as populações tradicionais se mostram frequentemente relutantes em aceitar as práticas da ciência ocidental pelo que aparenta ser sua necessidade fundamental de controlar e interferir com a natureza. É inegável o impacto destrutivo social e ecológico provocado pela conduta da ciência e tecnologia ocidental nas culturas tradicionais. (JOHNSON, 1992)

Antes mesmo das primeiras expedições científicas, já se fazia notável a participação do brasileiro nativo, quase sempre índio ou mestiço, no processo de “desbravamento” da região Amazônica que permanecera, até então, por muitos anos intocada por qualquer contato estrangeiro. Os primeiros relatos sobre a Amazônia foram escritos por padres, missionários que integravam as expedições que exploraram a região durante o século XVII, inicialmente empreendidas pelos espanhóis e posteriormente pelos portugueses, e exibem o seu ponto de vista sobre os acontecimentos ocorridos durante estas viagens. Sobre este aspecto, como ressaltado por Mattos (2011), é importante ressaltar que tais relatos partem de uma perspectiva extremamente eurocêntrica sobre os eventos registrados e devem, portanto, ser interpretados com cautela:

“[...] os conquistadores observavam nos índios apenas o que queriam ver, e o que para eles era digno de ser escrito. Alteravam a significação daquilo que viam conforme associavam com o seu universo imaginário” (MATTOS, 2011, p. 106)

As primeiras expedições em território amazônico tinham o intuito de reconhecer e demarcar o território e avaliar suas possíveis fontes de interesses comerciais para as Coroas Ibéricas. A partir da tomada do Forte de São Luís aos franceses, e da posterior fundação da cidade de Belém em 1616, estrategicamente localizada na Foz do Amazonas, os colonizadores portugueses iniciaram a exploração intensiva e povoação da região amazônica em um nítido ambiente de disputas. Entre as expedições empreendidas neste período, destaca-se a empreitada de grandes proporções liderada pelo português Pedro Teixeira entre os anos de 1637 e 1639, que cobriu o trajeto entre Belém e Quito, subindo o curso do rio Amazonas, seguindo a rota percorrida no século anterior pelo espanhol Francisco Orellana, buscando “estender os domínios de Portugal até as terras de Perúvia

e fundar aquém dos Omáguas, em terrenos situados entre o Napo e o Juruá, uma povoação que marcasse o limite, no Amazonas, das terras da Coroa Portuguesa” (FERREIRA, 2000, p. 39)

Um exemplo notável registrado durante a referida expedição, demonstrando a colaboração dos colonizadores portugueses com membros da população local, pode ser lido no relato do padre jesuíta Cristobal de Acuña, integrante da comitiva de Pedro Teixeira durante sua viagem pelo rio Amazonas:

Pedro Teixeira nomeou cabo desta esquadilha ao coronel Bento Rodrigues de Oliveira, filho do Brasil e pessoa que, criada toda a sua vida entre os naturais, bem lhes conhece os pensamentos e, com pequenas mostras, adivinha o que têm no coração, com o que é conhecido, temido e respeitado de todos os índios daquelas conquistas, e no presente descobrimento foi de não pequena importância a sua pessoa para levá-lo a termo com a felicidade que se conseguiu. (ACUÑA, 1641 p. 153)

O papel desempenhado por Bento Rodrigues, tomado aqui como exemplo registrado, se mostra essencial neste contexto em virtude de seus conhecimentos sobre a região e seus habitantes, entre os quais crescera, com especial destaque ao seu domínio da língua, que possibilitava a intermediação entre portugueses e indígenas: “[Pedro Teixeira] mandou Bento Rodrigues de Oliveira com oito canoas adiante, como para preparar quartéis. Era este brasileiro de nascimento, acostumado a semelhante modo de viajar, e senhor da língua tupi, que falava como a materna”. (ACUÑA, 1641 p. 179). Este mesmo papel foi provavelmente desempenhado por diversos outros “filhos do Brasil” integrantes das muitas outras expedições empreendidas em território amazônico nos anos seguintes, em busca de recursos econômicos, aprisionamento e escravização de indígenas e demarcação e povoamento da região.

A primeira expedição propriamente científica na Amazônia foi empreendida no século seguinte pelo cientista francês Charles-Marie de La Condamine, que viajou primeiramente ao Peru em 1735 e posteriormente adentrou a região amazônica em 1743. Seus principais objetos de estudo incluíam a cartografia e a astronomia, além de diversos estudos de história natural da América do Sul, em cujos relatos podem ser identificados exemplos do intercâmbio de conhecimentos com as populações locais. No trecho a seguir, é apresentada uma comparação de equivalência entre o método utilizado pelos índios Ticuna no preparo de uma solução venenosa empregada na caça e os processos de obtenção de preparados medicinais desenvolvidos pelos farmacêuticos europeus, onde o conhecimento tradicional do nativo se mostra reconhecido dentro do contexto científico:

Este veneno é um extrato feito por meio do fogo, do suco de diversas plantas, e particularmente de certos cipós. Asseguram que entram mais de trinta espécies de ervas e raízes no veneno feito pelos ticunas [...]. Os índios o compõem sempre da mesma maneira, e seguem sem

discrepar o processo que aprenderam de seus antepassados, tão escrupulosamente quanto os farmacêuticos entre nós para a composição da *teriaga de Andrômaco*, sem omitir o menor ingrediente prescrito. (LA CONDAMINE, 1736 p. 123)

Alguns anos mais tarde seria a vez do cientista brasileiro de ascendência portuguesa Alexandre Rodrigues Ferreira em empreender sua extensa “viagem filosófica” pela região amazônica entre os anos de 1783 e 1792, percorrendo uma vasta área que abrangia desde o interior do Amazonas até o Mato Grosso do Sul. Esta viagem foi ordenada pela rainha D. Maria I de Portugal, que nomeou Ferreira como “o primeiro naturalista português”, com objetivos de reconhecimento da região centro-norte da colônia, até então muito pouco explorada, afim de estabelecer parâmetros para a implantação de medidas desenvolvimentistas. Durante este empreendimento, Ferreira deveria, portanto, descrever todos os recursos naturais das regiões percorridas, incluindo sua flora, fauna e jazidas de minérios, bem como as características da população nativa habitante destas localidades e seu modo de vida.

Suas atribuições incluíam, desta forma, diferentes procedimentos, para os quais obteve o auxílio fundamental de diferentes colaboradores para que sua execução fosse cumprida satisfatoriamente. Além das imprescindíveis descrições e relatórios escritos pelo próprio, também foram-lhe solicitadas ilustrações dos espécimes, pessoas e paisagens naturais encontrados, preparadas pelos “desenhadores” que o acompanhavam na expedição (Joaquim José Codina e José Joaquim Freire). Além disso, era também imprescindível para o caráter científico da empreitada a coleta de amostras das diversas espécies animais e vegetais encontradas, que deveriam ser cuidadosamente preparadas e adequadamente conservadas para que pudessem ser enviadas para a coleção do Real Gabinete de História Natural. Neste processo em particular, a colaboração de dois auxiliares recrutados junto à população local foi de fundamental importância, como mencionado pelo próprio Ferreira em carta ao botânico Agostinho do Cabo:

[...] poderia Sua Majestade mandar recolher neste Estado, e preparar algumas outras produções, em cujos preparos estão magistralmente ensaiados ou dois Índios Cipriano de Souza, e José da Silva, os quais desde o princípio desta viagem me tem acompanhado com o exercício de Preparadores

[...] tinham ambos aprendido a preparar as Plantas, e os Animais, que tem sido remetidos para o Real Gabinete de História Natural, o que, havia quase três anos, que eles estavam executando com muita satisfação minha pelo que se faziam dignos da Graça que suplicavam de a cada um deles promover S. Ex.^a ao Posto de Alferes dos Índios da sua Povoação, e isto em razão de se terem distinguido não somente em um novo gênero de serviço, que tão diferente

é do que fazem os Índios remeiros das canoas, mas tão bem na mesma conduta e constância no trabalho (FERREIRA, 1787 p. 280)

Os dois referidos índios cristianizados sobressaíram-se aos demais colaboradores por seu trabalho caprichoso e lealdade durante os longos anos de viagem. Ambos viajaram junto a Ferreira para Lisboa após o término da expedição a fim de solicitarem recompensas junto à rainha D. Maria I por seus serviços prestados, sendo ambos elevados desde então ao posto de “Alferes dos Índios”, segundo consta em ofício do então Governador D. Francisco de Souza de 1772. (CUNHA, 1991)

A partir deste período, tornava-se cada vez mais comum o recrutamento e treinamento de pessoas para o exercício do cargo de “auxiliar de naturalista” e sua consequente especialização no desempenho das funções requeridas para tal. Além dos já mencionados indivíduos advindos de sociedades indígenas sob influência da colonização europeia, a figura do negro ou mestiço em sua condição de “escravo de naturalista” também se mostrava bastante presente em expedições realizadas por quase todo o território brasileiro. Jean-Baptiste Debret, artista francês que viveu durante 15 anos no Brasil, entre 1816 e 1831, traz em sua importante obra “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, um panorama representativo da sociedade brasileira, em especial do Rio de Janeiro no início do Século XIX, em imagens e relatos que representam aspectos culturais, religiosos, políticos e cotidianos dos diferentes estratos que compunham a sociedade brasileira imperial. Debret faz especial menção aos “escravos de naturalista” da época, descrevendo com detalhes a atuação destes agentes sociais em texto descritivo que acompanha a ilustração que os representa:

É principalmente na roça que se criam os negros destinados à profissão de caçadores. Aí, preparados desde a adolescência para acompanharem as tropas, ou simplesmente o seu senhor, nas longas e penosas viagens, andam sempre armados de um fuzil, tanto para a sua segurança pessoal como para conseguir víveres durante as paradas indispensáveis, no meio das florestas virgens.

Esse gênero de vida torna-se uma paixão tão forte no negro da roça que ele já não aspira à liberdade senão para entrar na floresta como caçador profissional e entregar-se sem reservas à atração de uma tendência que beneficia ao mesmo tempo seus interesses. [...] Livre então, e já sem temor do chicote, o direito de raciocinar faz dele um provedor tão astuto quanto o homem branco, [...] aliando a inteligência à operosidade ele torna assim sua profissão às vezes muito rendosa.

Outros negros caçadores, dedicando-se mais especialmente às coleções de história natural, fazem estadas prolongadas durante meses nas florestas e voltam, uma ou duas vezes por ano, trazendo as coleções obtidas para os amadores de história natural, que os esperam no Rio de Janeiro [...]. Para o mesmo fim a administração do Museu Imperial de História Natural sustenta negros caçadores espalhados por diversos pontos do Brasil. (DEBRET, 1835 p. 92)

Desta forma, o interesse cada vez mais intensificado na realização de expedições de cunho “científico” por pesquisadores estrangeiros de diversas nacionalidades promoveu um incentivo a especialização de conhecimentos e habilidades atrelados aos ofícios de “caçador” e “coletor” profissional, voltados para o crescente mercado de fornecimento para coleções de História Natural. Estas funções eram desempenhadas em grande parte por membros da população negra escrava ou recém liberta em busca de um ofício e fonte de renda. Vê-se aqui o princípio de uma oficialização profissional e o início de uma afiliação destes agentes sociais a instituições voltadas à pesquisa, como é o caso do Museu Imperial e seus “negros caçadores” afiliados.

O negro, capaz de ser um bom escravo de um naturalista, pode ser considerado um modelo do mais generoso companheiro de viagem, cuja inteligência iguala o devotamento. Por isso vimos frequentes exemplos da generosidade de naturalistas estrangeiros, vindos ao Brasil para visitá-lo, que, de volta de suas excursões ao interior, deram liberdade a seu fiel companheiro de viagem como recompensa pelos serviços prestados.

O escravo, nessas circunstancias, adquire não somente a liberdade, mas ainda um ofício; pois, junto de seu libertador, alcançou uma certa habilidade no preparo de objetos de história natural, o que faz com que seja procurado para guia por outro estrangeiro. Mas, desta feita, antes de partir, ele impõe a condição de lhe ser garantida certa importância paga na volta e, como homem livre, inicia uma primeira viagem de negócio.

Na cidade, naturalista por seu turno, vale-se de alguns criados negros, como intermediários, para oferecer aos ministros estrangeiros objetos de história natural, cuja venda lhe proporciona novas encomendas. No entanto, a liberdade nem sempre é a recompensa que ele ambiciona; já se viram negros excessivamente devotados aos seus senhores, de quem haviam mesmo muitas vezes salvo a vida, solicitar, como recompensa, poder acompanhá-los e morrer a seu serviço. (DEBRET, 1835 p. 93)

O século XIX traz consigo um grande movimento de valorização das ciências e de suas aplicações tecnológicas, criando para o homem Oitocentista, a imagem de que a ciência e o progresso andavam lado a lado. Compreendidas como fundamentais para o progresso das potências capitalistas, as ciências eram concebidas como conhecimento utilitário capaz de gerar produtos tecnológicos importantes. Para os colonizadores europeus, encontrar novas riquezas naturais poderia contribuir para o desenvolvimento econômico de suas nações de diversas maneiras, por adicionar novos gêneros para o comércio, incrementar suas indústrias com novas matérias-primas, expandir a produção de alimentos, contribuir com substâncias de cunho medicinal, entre outros empregos. (ANTUNES, 2015)

Uma das principais formas de se contribuir para o avanço científico, especialmente na área das ciências naturais, era a organização de expedições científicas de exploração. Deslocar-se para terras distantes e ainda pouco conhecidas a fundo, como ainda eram, em grande parte, as colônias europeias nas Américas, na África ou na Ásia, e inventariar, catalogar, descrever e classificar tudo o que estava relacionado às suas potencialidades naturais era uma atividade percebida como vantajosa não apenas para o progresso da ciência, mas para o desenvolvimento econômico e prestígio internacional das metrópoles que organizavam estas expedições (ANTUNES, 2015). Motivados pelos avanços científicos da época, incluindo o surgimento das primeiras instituições de ensino e pesquisa no Brasil, diversos estudiosos, denominados neste período como “naturalistas”, foram atraídos para a região amazônica e empreenderam suas viagens floresta adentro com o intuito principal consistindo na exploração e investigação da região, abrangendo sua flora, fauna, população e ambiente físico. Neste contexto, mais uma vez a colaboração da população nativa se mostrou imprescindível para o êxito alcançado.

Evidências destas colaborações podem ser encontradas distribuídas por grande parte dos diários e relatos de viagens dos estudiosos desta época. Uma das figuras de destaque é Alfred Wallace, cientista inglês pioneiro no estudo da ecologia e da evolução das espécies, que empreendeu explorações pela região amazônica durante os anos de 1848 a 1852. Wallace destaca em seus relatos a importância que os conhecimentos nativos sobre a flora e a fauna e sua distribuição geográfica pela região tiveram em seu trabalho. Diversas pessoas são citadas ao longo de seus escritos como colaboradores, a maioria delas índios, escravos e mestiços, como seu auxiliar de campo Isidoro, um negro com profundo conhecimento da floresta:

O velho guia, que atualmente se dedicava aos serviços domésticos [...] labutara outrora na floresta, estando a par não só dos nomes de todas as árvores, como também de suas propriedades e empregos.

Desejando obter amostras de uma árvore denominada caripé, cuja casca é utilizada no fabrico de vasilhas rústicas, perguntamos a Isidoro se ele conhecia a tal árvore e se

sabia da existência de alguma ali pelos arredores. Disse-nos que a conhecia muito bem, mas que a mais próxima se encontrava no meio da floresta, bem longe de Nazaré. (WALLACE, 1853 p. 33)

Mais adiante os conhecimentos de Isidoro são descritos na prática durante as excursões de campo floresta adentro. É também ressaltado pelo próprio Wallace seu desejo de aprender com o “guia” e sua admiração pelo extenso corpo de conhecimentos detido por ele:

Seu método de ensino constava de uma série de rápidas observações sobre as árvores à medida que íamos passando por elas.

“Esta”, dizia, “é a *Ucuuba*, remédio muito bom. Serve para dor de garganta”.

“Esta” – e olhava de soslaio para uma magnífica árvore de caule retilíneo – “é madeira boa para casas, boa para fazer assoalhos. Seu nome é *Coariúba*”.

“Esta” – e apontava para uma das curiosas árvores de estrias longitudinais, parecendo um feixe de enormes bambus soldados entre si – “é madeira de fazer remos”. [...] “O nome desta é *Nowara*”.

O fato é que ele realmente gostava de exhibir seus conhecimentos sobre esses assuntos acerca dos quais ainda nos encontrávamos no estágio da mais completa ignorância, mas cuja aprendizagem queríamos efetivamente alcançar. (WALLACE, 1853 p. 34)

No relato de Wallace também são mencionados outros “prestadores de serviços” aos naturalistas atuantes na região, evidenciando como a atuação destes agentes sociais se tornava cada vez mais presente e seus serviços cada vez mais requisitados. É citado por Wallace o “caçador profissional” de nome Luís, que lhe fora recomendado após este ter trabalhado à serviço do naturalista austríaco Johan Natterer durante a estadia deste no Brasil entre os anos de 1817 e 1835. Neste trecho é importante perceber como a especialização destes agentes na execução de funções determinadas conduzia-lhes cada vez mais em direção a uma atuação profissional específica e contínua. Além disso, é possível perceber como a recomendação de profissionais “caçadores” e “preparadores” experientes entre colegas pesquisadores passa a funcionar como fator diferencial para a contratação destes, bem como o tempo de experiência adquirida em trabalhos anteriores passa a ser cada vez mais valorizado:

[...] resolvi contratar um caçador para conseguir-me alguns pássaros. Acertei tudo com um negro chamado Luís, que já tinha grande experiência nesse tipo de serviço. Ele estivera com o Dr. Natterer durante os 17 anos de sua permanência no Brasil.

Enquanto esteve com Natterer, a obrigação de Luís consistia em apanhar pássaros e outros animais e ajudar o cientista a prepara-los.

Divertiam-me bastante as narrativas feitas por Luís de suas viagens com o “Doutor”, que era como ele sempre dizia referindo-se a Natterer. Fora sempre bem tratado por ele, e nunca deixara de receber uma pequena recompensa quando por ventura lhe levava um novo pássaro.

E Luís era de fato um excelente caçador. Saía para a mata pela manhã e só voltava à noite, geralmente com uma bonita ave na mão, apanhada em trechos bem longínquos.

Ele estava a par dos esconderijos e hábitos de quase todas as aves, sabendo imitar perfeitamente seus cantos e conseguindo desse modo atraí-las para perto de si. (WALLACE, 1853 p. 79)

Outro importante cientista deste período a contar com o auxílio da população local em suas expedições pela região amazônica foi o inglês Henry Bates, cuja permanência na localidade durou 11 anos, entre 1848 e 1859. Durante todos estes anos, inúmeros foram os habitantes das diversas cidades, tribos e vilas visitadas pelo naturalista que prestaram auxílio e contribuição ao seu trabalho, muitos destes citados nominalmente em sua obra. Vários destes são referidos por Bates como seus amigos pessoais, em relatos que descrevem como estas relações foram construídas, não se restringindo ao âmbito profissional, mas constituindo laços de amizade e troca de conhecimentos e experiências. Entre estes, o jovem escravo Hilário, apelidado “Larry” por Bates:

Havia um jovem escravo negro, chamado Hilário (cujo nome anglicizamos em Larry), que se interessou por nosso trabalho. Levou-me um dia ao lago onde notamos um pequeno jacaré e algumas piaçocas, frangos d'água de pernas e dedos muito longos [...].

Ensinou-me Larry os nomes indígenas de um certo número de árvores das florestas e enumerou as suas propriedades medicinais. Uma delas, o Jutáí, era muito interessante, pois fornece a goma copal, que os nativos chamam Jutáí-Cica. (BATES, 1910. Vol. I, p. 118)

Também é citado por Bates o “criado” por ele contratado, chamado José, que passou a acompanhar-lhe constantemente em suas excursões pelos vários anos que se seguiram, prestando-lhe seus serviços e habilidades:

Ao tomar criados, tive a sorte de encontrar um mulato forro, rapaz habilidoso e trabalhador, chamado José, que quis ficar a meu serviço. A gente de sua família cozinhava para nós, enquanto ele me ajudava nos trabalhos de coleta,

e se mostrou utilíssimo nas diferentes excursões que mais tarde realizamos. (BATES, 1910. Vol. II, p. 7)

Depois de uma caminhada de quatro ou cinco horas, durante as quais José matou lindo lagarto estriado de verde e negro, da família das iguanas, no tronco de uma árvore. (BATES, 1910. Vol. II, p. 100)

Neste referido período, entre o início e a metade do século XIX, ainda se mostrava bastante comum a “compra” de pessoas negras e indígenas como trabalhadores em condição de escravidão para o desempenho de diversas funções. Os naturalistas estrangeiros atuantes neste período incluíam-se entre os “compradores” em potencial, não raramente adquirindo “auxiliares” para a execução das mais diversas atividades que julgassem necessárias. Bates relata a “aquisição” do menino indígena que batizou de Sebastião e que, posteriormente, converteu-se em auxiliar frequente do naturalista em suas excursões nas florestas. As habilidades do menino Sebastião como coletor de animais e, especialmente como escalador de árvores, são descritas por Bates com admiração em seus relatos. É notável a descrição da técnica de escalada empregada por Sebastião utilizando-se de uma “alça” para apoio dos pés, como descrita por Bates, feita a partir de folhas e caules, usada para conferir-lhe suporte na escalada de troncos escorregadios. Esta técnica de escalada descrita é ainda empregada, de modo similar, para escalada de árvores até hoje, utilizando-se de uma similar “alça”, hoje geralmente feita de tecido grosso, denominada “*peconha*”:

Meu auxiliar José, no último ano de minha estadia em Ega, resgatou (eufemismo em uso para a compra) dois indiozinhos, um menino e uma menina, de um mercador do Japurá. O menino teria seus doze anos e era de pele extraordinariamente escura, parecendo mais cafuzo, filho de índio e negro. [...] Demos ao nosso selvagenzinho o nome de Sebastião.

Durante as excursões Sebastião foi frequentemente meu companheiro nos matos, onde era muito útil para encontrar os passarinhos que eu matava, e que caíam às vezes nas brenhas entre confusas massas de folhas mortas e ramos caídos. Era admiravelmente perito em apanhar lagartos com a mão e em trepar nas árvores. As hastes mais lisas das palmeiras não apresentavam dificuldade. Então apanhava algumas braças de lianas fortes e flexíveis; com elas fazia uma alça para segurar os pés, passava-a em torno do caule escorregadio e subia por uma sucessão de pequenos saltos. (BATES, 1910. Vol. II, p. 186)

Além destes colaboradores frequentes ao ofício do naturalista, membros das populações locais, por onde o curso de suas excursões passava, frequentemente prestavam auxílio a estes de diversas formas, seja por alguma “prestação de serviço” pontual para coletas em campo, em troca de alguma recompensa de seu interesse, ou por algum tipo

de “consultoria” sobre o ambiente da região em questão, descrevendo as espécies típicas daquela localidade e onde poderiam ser mais facilmente encontradas. Em um episódio em particular, Bates relata como os conhecimentos das propriedades medicinais de espécies da floresta detidos pelo índio Lino, salvaram-lhe de um ferimento grave durante expedição em meio à floresta densa. O conjunto do conhecimento das propriedades detidas por determinadas espécies animais e vegetais presentes no ambiente ao redor e o domínio das habilidades requeridas para o seu manejo adequado provou-se fundamental em um contexto de atuação onde fatores de risco se mostram recorrentes e recursos limitados estão à disposição:

Feria-me constantemente nos agudos espinhos caídos dos arbustos, e acabei por ficar completamente estropiado, pois um espinho entrou-me fundo na sola dos pés. Fui obrigado a ficar atrás, tendo Lino, o índio, em minha companhia. O atencioso rapaz limpou-me as feridas com saliva, pôs nelas pedaços de isca (espécie de feltro manufaturado pelas formigas) para estancar o sangue, e enrolou-me os pés com a cortiça espessa que arrancara da casca de Mongubeira, para servir-me de sapatos. Fez tudo isso com muita delicadeza e habilidade. (BATES, 1910. Vol. II, p. 280)

Outra personagem que aparece com destaque é a índia Cecília, descrita como versada nas práticas de magia indígena e profunda conhecedora das espécies vegetais da floresta:

Frequentes vezes nos encontrávamos com uma índia velha, chamada Cecília, dona de pequena roça no bosque. Tinha fama de feiticeira e observei, conversando com ela, que se orgulhava de seus conhecimentos de magia negra. [...] Foi sempre muito delicada conosco, mostrando-nos os melhores lugares, ensinando-nos os usos e virtudes de diferentes plantas. (BATES, 1910. Vol. II, p. 55)

Ainda se considerando este período de meados do século XIX, destaca-se a figura dos naturalistas americanos Louis e Elizabeth Agassiz, cujas explorações em território amazônico se deram entre os anos de 1865 e 1866. Motivados pelos êxitos das explorações anteriores na região e munidos de uma ampla rede de apoio e recursos, materiais, financeiros e humanos, à sua disposição, o casal pôde realizar grande número de coletas e estudos que consolidaram sua importância na comunidade científica neste período. É constantemente ressaltada no decorrer de seus relatos a importância da colaboração dos membros das populações locais e o reconhecimento do valor dos conhecimentos detidos por estas pessoas, especialmente de seus muitos colaboradores indígenas, descritos por estes como “botânicos e zoólogos práticos”, que poderiam “contribuir grandemente para o progresso das ciências”:

Grande número das [árvores] que formam essas florestas são desconhecidas ainda na ciência; entretanto, os índios,

esses botânicos e zoólogos práticos, têm conhecimento perfeito, não só de suas formas exteriores, mas também de suas diferentes propriedades. Este conhecimento empírico dos objetos naturais que os rodeiam vai tão longe entre eles que reunir e coordenar as noções esparsas nas diversas localidades desta região seria, não o duvido, contribuir grandemente para o progresso das ciências.

Seria mister, por assim dizer, escrever uma enciclopédia da floresta ditada pelas tribos que as povoam. Seria, na minha opinião, excelente maneira de colecionar, ir-se de aldeia em aldeia, mandando os índios colherem as plantas que conhecem, secá-las, por-lhes etiquetas de acordo com os nomes vulgares do lugar, e inscrever, sob estes títulos, ao lado de seus caracteres botânicos, tudo o que se pudesse obter em indicações relativas às suas propriedades medicinais ou outras (AGASSIZ, 1868, p. 209)

É notável o grau a que chega a familiaridade desses filhos da floresta com os objetos naturais que os rodeiam, plantas, aves, insetos, peixes, etc. Pediam muitas vezes para ver os desenhos e, folheando uma pilha de várias centenas de esboços coloridos, era raro que desconhecêssem um único animal; até as crianças diziam-lhes imediatamente os nomes, acrescentando as vezes: “é filho deste”, distinguindo muito bem, assim, o filhote do adulto e indicando o parentesco. (AGASSIZ, 1868, p. 169)

De fato, é ressaltado por Elizabeth a importância fundamental da contribuição ativa dos inúmeros brasileiros que se dispuseram a colaborar de diferentes formas para o empreendimento da expedição, sem a qual o êxito alcançado ao final do curto período de sua permanência no Brasil não seria possível. Segundo a própria: “em todos os lugares a que vamos, toda gente se faz naturalista por causa dele [Agassiz]”:

[...] a solicitude cordial, completa, que todos lhe trazem para ajudá-lo em sua tarefa, lhe permite reunir material que sem isso lhe seria impossível colher em tão breve prazo. Se esta expedição tem resultados inesperados, deve-o à simpatia ativa dos próprios brasileiros e a seu interesse por tudo aquilo em que se empenha Agassiz, mais mesmo do que aos próprios esforços dele e de seus companheiros. (AGASSIZ, 1868, p. 100)

Entre os vários colaboradores citados por estes se destaca a figura de Alexandrina, uma das criadas “adquirida” pelo casal para auxílio geral em suas expedições, que recebe a alcunha de “ajudante de naturalista” por suas múltiplas habilidades e serviços prestados, tanto nas práticas de campo quanto nas atividades de “laboratório”:

Decididamente, Alexandrina foi uma preciosa aquisição, não somente do ponto de vista doméstico, como também

do científico. Ela aprendeu a limpar e preparar muito convenientemente os esqueletos de peixes e se tornou muito útil no laboratório. Além disso, conhece todos os caminhos da floresta e me acompanha nas minhas herborizações. Com essa agudeza de percepção própria às pessoas nas quais só os sentidos têm sido profundamente exercitados, ela distingue imediatamente as menores plantas em flor ou em fruto. Agora que sabe o que procuro, é uma auxiliar muito eficiente. Ágil como um símio, num piscar de olhos ela sobe até o alto de uma árvore para colher um galho florido; e aqui onde numerosas árvores se elevam a grande altura sem que o tronco se ramifique, uma auxiliar como esta não presta medíocre socorro (AGASSIZ, 1868, p. 149)

Desta forma, a partir dos diversos relatos deixados pelos cientistas e viajantes que exploraram e investigaram o território brasileiro, podem ser estabelecidos alguns principais pontos de contribuição da população local: identificação, localização, coleta e nomenclatura de animais e plantas; preparação e preservação de espécimes; análise de hábitos e emprego de espécies animais e vegetais; informações geográficas e meteorológicas acerca da região; relatos antropológicos; indicações de localidades propícias para cada tipo de pesquisa; domesticação de animais e manufatura de instrumentário para captura e preservação de espécimes. (MOREIRA, 2002; PANZU, 2015)

Mais ao fim do século XIX, o relato do naturalista francês Henri Coudreau, que explorou diversas regiões da Amazônia brasileira e adjacências em sucessivas expedições entre os anos de 1883 e 1899, ressalta também a importância dos colaboradores “barqueiros”, ou também chamados “canoeiros”, nos contínuos trajetos de navegação fluvial percorridos pelos rios da região. Coudreau destaca os riscos intensos oferecidos no processo de navegação pelos rios encachoeirados da região do Tapajós, bem como de outras regiões com hidrografia similar, no qual o conhecimento das técnicas apropriadas de travessia detidos pelos barqueiros foi responsável por salvar a vida de muitos estrangeiros não familiarizados com estas condições adversas. Todos os procedimentos desempenhados por estes colaboradores são descritos em detalhes por Coudreau, que destaca sua coragem e dedicação em desempenhar tais atribuições enquanto seus “amigos brancos” os aguardam em segurança. Também é citado pelo naturalista o barqueiro Boaventura, nome “conceituado” que, segundo ele, foi responsável por salvar a vida de inúmeras pessoas das águas turbulentas do rio Tapajós:

Foi em Furnas que se estabeleceu o excelente Boaventura, um dos barqueiros e salva-vidas mais conceituados das cachoeiras do baixo Tapajós. São numerosas as vítimas de Apuí que Boaventura já salvou. (CODREAU, 1897 p. 26)

Enquanto a canoa passa, completamente vazia, e os homens vão dentro d'água puxando-a contra as correntezas mais ou menos violentas, ficando dois a bordo

a fim de manobrar a embarcação com varas, os passageiros seguem pela laje [...]. Os homens rebocam a montaria à contra-corrente, içam-na por cima da queda [...] e logo aparecem na parte de cima, sempre alegres e prontos para recomeçarem daí a uma hora, se for preciso, sua árdua tarefa, talvez a mais penosa que jamais pesou sobre os braços de alguém.

Os bravos canoieiros já avistaram o rochedo onde “os brancos” os aguardam, e geralmente é fazendo retinir o ar com gritos álacres como os dos árabes em cavalgadas, que esses bons companheiros vêm procurar seu amigo branco, que durante todo este tempo esperou-os à sombra, depois de ter dado um pequeno passeio sobre os rochedos. (CODREAU, 1897 p. 71)

De fato, estes “ajudantes de naturalistas”, não apenas se mostraram atuantes desde as primeiras explorações realizadas na região amazônica, mas mantiveram sua atuação presente e constante através da mudança de cenário sofrida pela região a partir do século XX, onde, no contexto da pesquisa científica realizada pelas diversas instituições de ensino e pesquisa instituídas na região, seus conhecimentos e habilidades se mostraram ainda imprescindíveis aos que empreendem excursões pelos rios e florestas.

A criação dos primeiros institutos de pesquisa na região Amazônica na década de 1950 reflete a experiência do pós-Guerra, onde evidencia-se o despreparo do país frente aos avanços científicos e tecnológicos das últimas décadas. Desta maneira, o poderio nuclear que determinou a vitória dos aliados, motivou a promoção da pesquisa científica, considerada então, atrelada ao desenvolvimento econômico e social do país. (MAIO, 2001; HOBBSAWM, 1995)

A criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA em 1952 como desdobramento do processo de fundação do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, situou-se dentro de estratégias de nacionalização como resposta às intenções de organizações estrangeiras de internacionalizar a região amazônica, vistas como tentativas de “dominação estrangeira da ciência na Amazônia”. (PANZU, 2015; FAULHABER, 2005)

Desta forma, diversos pesquisadores de diferentes áreas das ciências naturais, advindos de outros países, bem como de outras regiões do Brasil, foram atraídos para a região e deram continuidade às explorações de cunho científico, vistas cada vez mais como fatores proporcionadores de desenvolvimento para a região e prestígio frente a comunidade científica internacional. Mais uma vez confrontados pelo desconhecimento prático das condições geográficas, climáticas e hidrográficas da região, a atuação dos “guias nativos” permanece imprescindível para a realização bem-sucedida das excursões empreendidas. O relato de uma das expedições do geógrafo francês Francis Ruellan realizada na década de 1950 descreve esta atuação:

O pessoal auxiliar aliciado no local, foi de uma maneira geral muito eficaz, quer como guia, como tropeiro, ou

mesmo como elemento de ligação. Foi ele que nos permitiu entrar em contato mais íntimo com elementos vindos do Nordeste ou descendentes de antigas tribos indígenas localizadas na região e de constatar que havia ali uma boa base de povoamento. (RUELLAN, 1957, p.29)

Da mesma forma é ressaltada também pelo botânico do INPA William Rodrigues, em sua expedição empreendida na região próxima à cidade de Manacapuru no ano de 1958, a importância de se contar com a colaboração de pessoas efetivamente “conhecedoras da região”, como é o caso de Leocádio Ribeiro, o “guia” contratado pelo botânico nesta expedição:

Embora tenhamos chegado à noite à cidade, procuramos contratar um homem experimentado e conhecedor da região, para que nos servisse de guia na viagem que ora empreendemos. Efetivamente conseguimos os serviços do sr. Leocádio Joaquim Ribeiro, antigo morador do local, que durante muitos anos labutou em embarcações e residiu em vários pontos das margens do rio.

Por sugestão desse senhor arribamos ao Porto Pinheiro, local pouco acima da boca do rio, onde chegamos cerca das 21 horas; aí pernoitamos, visto ser o lugar mais resguardado que o porto da cidade e, portanto, mais seguro, caso ocorresse durante a noite algum temporal, como acontece comumente. (RODRIGUES, 1958)

Em expedição realizada dois anos mais tarde, seguindo pelo curso dos rios Uatumã e Urubu em 1960, Rodrigues relata a atuação fundamental dos “guias” e “práticos de cachoeira” conhecedores da região, cuja experiência e habilidades foram responsáveis por garantir a segurança de todos os envolvidos até o fim do empreendimento:

Embora não pudéssemos reconhecer a maioria das espécies observadas na margem baixa deste rio [...] procuraremos comentar a respeito de algumas espécies mais abundantes, cujo nome vulgar nos foi fornecido por algumas pessoas nativas contratadas como guias para o nosso serviço na região.

Seguiram conosco o Sr. Fala Forte, os dois filhos e um genro, prático de cachoeira e guia. Todos eles prestaram aos vários setores desta expedição ótima colaboração, por conhecerem bem a região.

Chegamos cedo à Cachoeira de Iracema [...] o leito do rio era bastante pedregoso e apresentava forte correnteza. Não foi sem dificuldade que nos aproximamos dela. Temos que salientar aqui o valor dos práticos de cachoeira numa ocasião destas, cuja perícia e destemor são indispensáveis para enfrentar o perigo, jogando principalmente com a vida valiosa de inúmeras pessoas. (RODRIGUES, 1960)

Neste contexto, destaca-se o fortalecimento e surgimento formal do agente social conhecido como “mateiro”, integrante fundamental das equipes de pesquisa. Além do mateiro, outras atuações profissionais imprescindíveis tomaram forma neste período como o “barqueiro” e o “pescador”, especialistas na navegação e coleta de espécies aquáticas no âmbito dos inúmeros rios da região. Em Manaus, um dos principais projetos de pesquisa que foi agente de demanda de diversos profissionais mateiros foi o Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais – PDBFF, instituído em 1979, cujo objetivo era avaliar o impacto da fragmentação florestal em consequência dos desmatamentos. Outro importante projeto exigente destes profissionais foi o Projeto Radam, operado entre 1970 e 1985, buscando o levantamento de recursos naturais, incluindo geologia, geomorfologia, solos e vegetação. (NAKAZONO, 2010)

O Projeto Radar na Amazônia – Radam foi criado em 1970 no âmbito do Ministério das Minas e Energia com a finalidade de efetuar um minucioso levantamento dos recursos naturais em uma ampla área da Amazônia brasileira através do uso de sensoriamento remoto por radar. Este projeto constituiu-se de um trabalho sistemático de grandes proporções desenvolvido com intuito de conhecer e retratar a realidade física e biótica da região, e posteriormente, frente aos resultados bem-sucedidos obtidos nos primeiros quinze anos de atuação, foi estendido para uma área abrangendo todo o território nacional. (IBGE, 2018)

Os procedimentos constituintes deste projeto ocorriam em duas etapas distintas: nos sobrevoos com o equipamento de radar e no reconhecimento em solo através das rodovias e hidrovias da região. Equipes integradas percorriam através destas duas vias de ação visando explorar “até mesmo os mais longínquos e recônditos rincões do território brasileiro”. Segundo relatado pelo engenheiro florestal Pedro Furtado Leite, integrante da “Divisão de Vegetação” que compunha o projeto: “As viagens de pesquisa através dos rios (com lanchas e/ou voadeiras) e pelas rodovias (com viaturas possantes) eram longas, frequentes, perigosas e cheias de aventuras” (LEITE, 2018).

As equipes responsáveis pelo desempenho deste projeto em seu longo tempo de duração contavam invariavelmente com uma série de profissionais mateiros, também referidos como “auxiliares botânicos”, e “guias” locais recrutados junto às cidades, vilas e aldeias distribuídas ao longo da área de atuação das expedições. Estes profissionais atuavam junto às divisões de reconhecimento em solo, cujo objetivo consistia na realização de inventário florestal, coleta botânica e descrição geral do ambiente físico. Segundo Pedro Leite:

[...] outros profissionais foram incorporados para atender especificidades do trabalho de campo: botânicos e auxiliares (mateiros, homens conhecedores naturais de plantas e madeiras).

[...] a Divisão de Vegetação apresenta a seguinte equipe:
[...] Auxiliares Botânicos: Benedito Cardoso dos Passos, Benedito Gilberto dos Santos, Bento Silva Pena, Jácimo

Modesto de Oliveira, Luís Fernando Coêlho, Nelson Araújo Rosa, Nilo Thomas da Silva, Manoel Ribeiro Fernandes, Oswaldo Cardoso Nascimento e Sebastião Souza e Silva. (LEITE, 2018)

O pedólogo Virlei de Oliveira, também integrante da equipe do projeto, narra a atuação dos “auxiliares” indígenas Antônio e Wenceslau, contratados para prestação de diversos serviços às equipes, incluindo entre estes a obtenção de alimentos através da caça e da pesca:

O barco da pedologia, que tinha o Raimundo (manauara contratado) como motorista e os índios Antônio e Wenceslau como auxiliares para abertura de picada, tradagens, caça, pesca e outras “cositas” mais, era um dos mais ágeis em virtude da necessidade de maior velocidade para os trabalhos. Não raro a nossa equipe se alimentava de pássaros, peixes ou tracajás, caçados e tratados pelo índio Antônio. (OLIVEIRA, 2018)

Outro projeto de destaque realizado na região a partir da década de 90 que contou com a participação intensiva de profissionais mateiros foi o Projeto Flora da Reserva Ducke – PFRD, cujas atividades iniciaram-se em 1993 sob a coordenação de um grupo de botânicos associados ao INPA. A Reserva Florestal Adolfo Ducke é uma área de floresta amazônica primária com área 100 km², localizada próxima à cidade de Manaus, sob a administração do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e declarada como Reserva Biológica em 1963. Os resultados almejados para o PFRD incluíam um check-list de toda a flora da Reserva, tratamento taxonômico das referidas espécies vegetais e um guia prático apresentando-as. Desta forma, implicava-se a necessidade de uma busca de exemplares vivos de todas as espécies existentes no âmbito da Reserva para que pudessem ser fotografados para o guia. (HOPKINS, 2005)

O botânico inglês Michael Hopkins, um dos coordenadores responsáveis pelo projeto, descreve a atuação de diversos mateiros associados ao PFRD durante os anos de sua duração, alguns dos quais foram contratados para executar suas funções de maneira “permanente” na Reserva. O autor também faz questão de ressaltar a importância da atuação destes profissionais em sua série de vertentes, de cuja colaboração se deveu em grande parte o êxito alcançado pelo projeto em seus objetivos, mas que ainda permanece como uma atuação profissional “informal”:

Uma equipe formada de três auxiliares de campo (Paulo A.C.L. Assunção, Everaldo C. Pereira e Cosmo F. da Silva), com dedicação integral ao projeto, às vezes acrescida de mais três ajudantes, foi contratada para trabalhar permanentemente na Reserva. [...] cada botânico, sempre acompanhado por um dos mateiros, seguiu para o campo em busca das espécies na natureza. As amostras foram coletadas, descritas resumidamente e fotografadas para elaboração do guia.

Na região amazônica a profissão de auxiliar de campo ou mateiro é amplamente utilizada pelas empresas madeireiras, na busca e uso de produtos florestais, e em projetos de pesquisas, para coleta de material botânico. Esses profissionais também atuam na identificação de plantas para a implementação de planos de manejo e para as avaliações de impacto ambiental. Apesar de ser vastamente difundida na região, esta profissão ainda é considerada informal [...]. A vivência dessas pessoas, que passam suas vidas em contato com as plantas na natureza, é fundamental e indispensável para a localização das espécies durante o trabalho de campo na região. A participação desses dedicados profissionais no PFRD facilitou enormemente a catalogação das espécies encontradas. Ressaltamos que o sucesso do Projeto da Flora da Reserva Ducke é em grande parte devido a esses dedicados profissionais. Recomenda-se que qualquer projeto de flora na região envolva a participação desses “parataxonomistas”. (HOPKINS, 2005)

Conforme a escassez de pesquisadores habilitados e as exigências de conhecimentos profundos sobre os ecossistemas da região, a realização de pesquisas científicas na Amazônia tornou-se cada vez mais dependente da atuação dos profissionais mateiros. Em diversos projetos, a coleta de informações exigia monitoramento frequente dos objetos de estudo, que demandavam a ida à campo de maneira regular, como levantamentos demográficos a respeito da flora e da fauna ao longo dos anos. Neste tipo de empreendimento, diversas expedições foram realizadas somente por mateiros, que coletaram as informações necessárias e passaram-nas adiante aos pesquisadores responsáveis. Devido à mencionada escassez de pesquisadores durante este período, deu-se lugar à certa especialização nas atividades dos mateiros, como os especialistas em botânica comumente denominados “parataxonomistas”, que detêm não apenas os conhecimentos dos ambientes e denominações populares das espécies vegetais, mas também de suas designações científicas, adquiridas através do intercâmbio de conhecimentos no contexto de sua atuação, possibilitando um levantamento de campo mais acurado sobre a flora local. (NAKAZONO, 2010)

Para Nakazono (2010), pode-se afirmar, portanto, que o mateiro é “o agente social requisitado em atividades científicas por possuir um extenso conhecimento sobre os ambientes e recursos naturais associados, como também, por dominar técnicas específicas que se relacionam à atividade de campo”. A autora define este profissional além da alcunha de “auxiliar de campo do pesquisador”, onde suas funções e atribuições incluem ampla gama de abrangência, incluindo desde atividades de guia para locomoção na floresta e navegação pelos rios, bem como para observação e coleta de espécimes, contribuindo ainda para sua identificação e determinação de habitats e nichos aos quais pertencem. São também responsáveis pela logística do trabalho de campo, que pode incluir, carregamento de materiais, montagem de acampamentos na floresta, abertura de trilhas e alimentação. O conhecimento detido por estes profissionais é tido como um

conhecimento tradicional, não apenas em virtude das relações estabelecidas com comunidades locais, visto que muitos deles provem de famílias que as integram e em seu contexto obtiveram seus conhecimentos através da atividade prática, em muitos casos desde a infância e adolescência, mas sobretudo, pela interatividade entre estes saberes e os conhecimentos detidos pelos pesquisadores científicos, que interagem e se complementam no âmbito da pesquisa.

Assim, mostra-se necessário um enfoque sobre estes agentes sociais produtores de conhecimento historicamente negligenciados, objetivando conhecer e registrar seus conhecimentos e vivências baseados no contato próximo com a natureza e nas experiências práticas. Faz-se necessário o reconhecimento da importância e valor da atuação destes sujeitos que tornaram possíveis as primeiras explorações científicas em território Amazônico e ainda hoje tem papel fundamental para a execução do trabalho de inúmeros pesquisadores e cientistas. Por meio da pesquisa antropológica, espera-se contribuir para o reconhecimento e valorização desta profissão e dos conhecimentos tradicionais detidos por estes profissionais, que prestam contribuição valiosa à comunidade científica, de modo a enfraquecer cada vez mais as barreiras culturais que dividem e segregam os conhecimentos tradicionais e a ciência moderna.

Referências

ACUNÃ, Cristóbal de 1597-1670. “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas”. In: Descobrimientos do rio Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth C. “*Viagem ao Brasil: 1865-1866*”. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

ANTUNES, Anderson Pereira. A rede dos invisíveis: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1863-1866). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015;

BATES, Henry Walter. Um naturalista no rio Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 2 v.

BEZERRA, Maria das Graças Ferraz. “Cientistas, visitantes e guias nativos na construção das representações de ciência e paisagem na Floresta Nacional de Caxiuanã”. Belém: UFPA, 2007.

COUDREAU, Henri. Viagem ao Tapajós (1897). São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

CUNHA, O. R. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Uma análise comparativa de sua viagem filosófica (1783-1793). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

DEBRET, Jean Baptiste 1768-1848. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Trad. e notas Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1989, t. II.

FAULHABER, Priscila. “A história dos institutos de pesquisa da Amazônia”. In: Estudos Avançados, v.19, n.54, p.241-257, 2005.

FERREIRA, A. C. Brasil 500 anos: a expedição de Pedro Teixeira, a sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia. Belém, UNAMA, 2000.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Carta ao jardineiro Agostinho do Cabo, 7 de setembro de 1787, in O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. (documentos coligidos e prefaciados por Américo Pires de Lima), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, pp. 215-6

_____. “Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991”. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPKINS, Michael J. G. Flora da Reserva Ducke, Amazonas, Brasil. Rodriguésia. Rio de Janeiro, v. 56, n. 86, p. 9-25, Jan. 2005 .

IBGE. Desbravar, Conhecer, Mapear: Memórias do Projeto Radam. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. Rio de Janeiro : IBGE, 2018.

JOHNSON, Martha. “LORE: Capturing Traditional Environmental Knowledge”. Canada: Dene Cultural Institute and the International Development Research Centre, 1992.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de 1701-1774. “Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas”. Brasília; Senado Federal, 2000.

LATOUR, Bruno. “A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos”. São Paulo: EDUSC, 2001.

LEITE, Pedro Furtado. Fragmentos históricos Radam/RadamBrasil in: Desbravar, Conhecer, Mapear: Memórias do Projeto Radam. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. Rio de Janeiro : IBGE, 2018.

MAIO, Marcos Chor. “A tradução local de um projeto internacional: a Unesco, o CNPq e a criação do INPA”. In: Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

MATTOS, P.F.J. Visões do paraíso: as expedições de Francisco de Orelhana e Pedro Teixeira na Amazônia in: Revista Navigator v. 7 n. 14. Rio de Janeiro, 2011.

MOREIRA, I. C. “O Escravo do Naturalista: o papel do conhecimento nativo nas viagens científicas do século XIX”. In: *Ciência Hoje*, vol. 31, n 184, 40-48, 2002.

NAKAZONO, Erika M. “O Mateiro e a Pesquisa Científica”. In: *Caderno de Debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia*. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 64-71.

OLIVEIRA, Virlei A. O projeto Radam/RadamBrasil e a pedologia nacional in: *Desbravar, Conhecer, Mapear: Memórias do Projeto Radam*. Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais. Rio de Janeiro : IBGE, 2018.

PANZU, Ângela N. dos Santos. “O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA: trajetória institucional por meio de suas práticas científicas: 1954-1975”. Manaus: UFAM, 2015.

PEDROSA, L. Botânico e parataxonomista do Inpa são homenageados pela Fapeam. Portal do INPA. Manaus. 4 de junho de 2014. Disponível em: <portal.inpa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/450-botanico-e-parataxonomista-do-inpa-sao-homenageados-pela-fapeam>. Acesso em: Agosto de 2020

REIS, Arthur Cezar Ferreira. "O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Origens, objetivos, funcionamento. Sua contribuição para o desenvolvimento científico da Amazônia". Publicações Avulsas n° 7. Manaus, Inpa, 1956.

RODRIGUES, William A. relatório de viagem de reconhecimento ao rio Manacapuru. Manaus: INPA, 1958, f.5 (Publicações avulsas n.10). Datilografado.

RODRIGUES, William A. Relatório de viagem de reconhecimento aos rios Uatumã e Urubu. Manaus: INPA, 1960. Datilografado.

RUELLAN, Francis. “Expedições geomorfológicas no território do Rio Branco”. Rio de Janeiro: INPA, 1957.

WALLACE, Alfred Russel 1823-1913. “Viagens pelos rios Amazonas e Negro”. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1979.